



## Congresso estuda mudanças na reforma da Previdência

Deputados e senadores avaliam que um dos primeiros pontos a serem negociados é a alteração prevista nas regras de programas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada

**A**s novas regras para aposentadoria rural e para a concessão do Benefício de Prestação Continuada previstas na proposta de reforma da Previdência devem ser alteradas, avaliam deputados e senadores que acompanham a tramitação da PEC. Até parlamentares da base governista admitem que a proposta é dura demais para os que mais precisam. Idosos carentes, por exemplo, teriam que esperar os 70 anos para receber um salário mínimo por mês. Até essa idade, teriam direito a apenas R\$ 400. Regras para aposentadoria dos servidores públicos também são criticadas. **4 e 5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

O governo espera obter uma economia de R\$ 34,8 bilhões em dez anos com as mudanças no BPC. A Instituição Fiscal Independente, no entanto, prevê R\$ 28,7 bi

### Comissão mista devolve Coaf para o Ministério da Economia

A comissão mista da medida provisória que reorganizou ministérios e outros órgãos do Executivo aprovou ontem o relatório, impondo duas derrotas ao governo federal.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que hoje está sob a guarda do Ministério da Justiça, voltará para a pasta da Economia, ao

contrário do que previa o relatório do senador Fernando Bezerra Coelho. Em mais de duas horas de debates, deputados e senadores também aprovaram a transferência da demarcação de terras indígenas, da Agricultura para a Justiça. A MP ainda será votada nos Plenários da Câmara e do Senado. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão mista vota relatório do líder do governo, Fernando Bezerra (E)

### Medida contra fraudes no INSS avança com mais de 120 emendas

A comissão mista da medida provisória que tem o objetivo de combater fraudes e benefícios irregulares no INSS aprovou ontem relatório do deputado Paulo Eduardo

Martins, que acolheu mais de 120 emendas. A norma sobre acidentes com empregados a caminho do trabalho está mantida. O texto segue para a Câmara dos Deputados. **6**

### Visita a Senado e Câmara tem roteiro sobre mulheres



Roque de Sá/Agência Senado

Novo roteiro de visitação conta história da atuação das mulheres no Congresso

O roteiro temático Mulheres no Parlamento, de visitação ao Congresso, foi inaugurado ontem. A visita conta a história da atuação política das mulheres em diferentes espaços e, especialmente, no Legislativo. A senadora Zenaide Maia participou da visita inaugural com a diretora da Secretaria de Comunicação do Senado, Angela Brandão, e representantes da Procuradoria da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. **2**

### Debatedores defendem mudanças no Proinfância

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) é fundamental para a infraestrutura educacional do país, mas precisa de mudanças. Essa foi uma das conclusões do debate de ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. A audiência discutiu casos de obras atrasadas de creches e pré-escolas. **8**



Petrício Cruz

Das mais de 8 mil obras previstas, apenas 1.478 creches e pré-escolas funcionam

**Governador pede recursos imediatos para Roraima **7****

**Cazaquistão quer ampliar comércio com o Brasil **7****

**Lei Rouanet pode patrocinar museus e bibliotecas **8****

# Situação da Amazônia será discutida na quarta-feira

Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas está entre os convidados para a audiência pública

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) agendou para quarta-feira uma audiência sobre o Projeto Barão do Rio Branco, que prevê obras de infraestrutura na Amazônia. O requerimento, de Zequinha Marinho (PSC-PA), foi aprovado ontem e inclui entre os convidados o assessor especial do Palácio do Planalto e ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, que serviu durante anos na Amazônia, chegando a ocupar o comando militar entre 2011 e 2014.

O projeto prevê a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Trombetas, em Oriximiná (PA), o prolongamento da BR-163, que vai de Santarém (PA) até a fronteira com o Suriname e a construção de uma ponte elevada com 1,5 quilômetro de extensão em Óbidos (PA).

— É nesse ponto que o Rio Amazonas é mais estreito, com uma profundidade de 90 metros. Essas obras passam



Projeto que prevê obras na infraestrutura deve ser debatido na audiência

a integrar o Programa Calha Norte, que foi criado em 1985 devido à preocupação dos militares no que tange à causa amazônica, e a cobiça internacional sobre as reservas naturais estratégicas do nosso país — disse Zequinha.

## Chapecoense

Por iniciativa do presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), também será realizada outra audiência, em data a

ser definida, para debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia da Chapecoense, cujo voo para Medellín, na Colômbia, caiu em 28 de novembro de 2016, deixando 71 mortos e 6 feridos.

Segundo Nelsinho, familiares das vítimas afirmaram estar desamparados em relação ao cumprimento de direitos e obrigações por parte de diversas autoridades.

## Debate aponta valor dos recursos minerais do país

Estudos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), o Serviço Geológico do Brasil, no estado de Roraima foram apresentados ontem em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM, José Leonardo Andriotti, explicou que o órgão identifica potencialidades do subsolo

brasileiro para que o governo federal possa implementar ações de exploração dos recursos existentes.

Pesquisador em geociências da CPRM, Antonio Charles Oliveira citou três projetos em andamento: Nova Fronteira, Fosfato Brasil e Diamante Brasil. Ele destacou que esses estudos são estratégicos para o gerenciamento dos recursos minerais, energéticos e hídri-

cos, para o desenvolvimento da agricultura e da construção civil, bem como para o planejamento da ocupação do solo e a gestão territorial.

Chico Rodrigues (DEM-RR), que sugeriu a audiência, destacou que Roraima é rica em minerais estratégicos e que a exploração dessas riquezas é importante para a economia do país, “com um investimento relativamente baixo”.

## Rodrigo Cunha pede atenção a bairros de Maceió

O solo está afundando nos bairros Pinheiro, Bebedouro e Mutange, em Maceió, resultado da exploração de sal-gema, declarou ontem Rodrigo Cunha (PSDB-AL). Os transtornos a quem trabalha ou reside na região englobam, segundo ele, de prejuízo financeiro a abalo psicológico.

O senador cobrou apoio das autoridades e da empresa Braskem, responsável pela exploração do sal-gema, que é matéria-primeira para produção de soda cáustica e de PVC.

— Temos que buscar que as empresas tenham o acesso mais fácil ao crédito. É preciso o reconhecimento da calamidade pública do município de Maceió pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

## Guedes deveria deixar de perseguir Manaus, diz Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deveria deixar de perseguir a Zona Franca de Manaus e atuar na melhoria da gestão pública para acabar com o rombo nas contas governamentais.

O senador afirmou que a renúncia fiscal praticada em Manaus representa R\$ 24 bilhões, mas dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostram que R\$ 68 bilhões ao ano são gastos de forma ineficiente pelo governo federal. Ele lamentou também que o ministro concentre esforços apenas na reforma da Previdência.

## Izalci comemora transferência de junta comercial

Izalci Lucas (PSDB-DF) comemorou a aprovação da medida provisória que transfere da União para o Distrito Federal a Junta Comercial do DF e as atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins.

— Esse é um sonho de anos, que vários senadores e deputados tentaram e não conseguiram aprovar. Conseguimos agora — destacou.

Segundo o senador, quando era ligada à União, a junta comercial não era prioridade para o governo federal e, por isso, todos os trâmites relacionados ao registro de empresas eram muito demorados.

— Seremos referência nacional em registro e alterações contratuais — disse.

## Senado inaugura visita especial sobre mulheres no Congresso

Foi inaugurado ontem o roteiro temático que conta a história da atuação política das mulheres em diferentes espaços e, especialmente, no Congresso Nacional.

O roteiro Mulheres no Parlamento começa com uma visita ao Plenarinho, exposição permanente de mobiliário pertencente ao Senado desde 1867, na qual é abordada a atuação feminina na política no período do Império. O roteiro passa também pela Galeria das Senadoras, na qual estão expostas fotografias das mulheres que exerceram o mandato no Senado ao longo do período republicano, e o espaço onde estão retratos de deputadas federais. A última parada é na Procuradoria Especial da Mulher, que acompanha assuntos de interesse da mulher no Congresso, fiscaliza ações do governo e promove estudos sobre a condição da mulher na sociedade.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) participou da visita inaugural com a diretora da Secretaria de Comunicação do Senado, Angela Brandão, a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Cristina Monteiro, e representantes da

Procuradoria da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Zenaide destacou o poder que o Congresso tem para atuar em um amplo espectro de questões, que vão da idade para aposentadoria a alimentos podem ser comercializados no país.

— É importante darmos visibilidade a esse poder que ainda é muito distante do povo, já que a população olha mais para a política municipal, prefeitos e vereadores. Se não mostrarmos que a definição da vida de todos acontece aqui, eles nos elegem sem saber que somos nós que definimos a vida de cada um — afirmou.

Angela disse que a participação feminina na história política do país não é uma causa apenas das mulheres. De acordo com ela, a busca pela equidade de gênero faz parte da luta por um país melhor para todos.

— E a gente viabiliza isso dando espaço para a reflexão e memória daqueles momentos históricos que foram fundamentais no passado e apontam para onde vamos no futuro.

Mais informações: <http://bit.ly/visitasCongresso>



Ângela Brandão (E) e Zenaide Maia (2º à dir.) em visita ao Senado

### ERRAMOS

Ao contrário do que o **Jornal do Senado** publicou na página 7 da edição de ontem, a Contag é a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares. Na mesma reportagem, o secretário de Política Agrícola do órgão, Antoninho Rovariz, foi identificado erroneamente como presidente da Contag.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

#### SESSÃO ESPECIAL Polícia Militar do Distrito Federal

14h Homenagem à Polícia Militar do Distrito Federal.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# MP da reforma do Executivo passa em colegiado

A medida provisória, que agora será votada na Câmara, sofreu mudanças, como a devolução do Coaf à pasta da Economia e da demarcação de terras indígenas à Justiça

A MEDIDA PROVISÓRIA que reorganiza os ministérios e outros órgãos do Poder Executivo foi aprovada ontem pela comissão mista formada para analisar a proposta. A MP 870/2019 segue agora para votação nos Plenários da Câmara e do Senado, onde pode ser modificado.

A votação ocorreu após mais de duas horas de debates e impôs duas derrotas ao governo Bolsonaro em pontos considerados polêmicos da proposta: a situação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a demarcação de terras indígenas. A competência dos auditores-fiscais também foi votada separadamente após pedidos de destaques.

Por 14 votos favoráveis e 11 contrários, o Coaf vai ficar sob a responsabilidade do Ministério da Economia, contrariando o voto do relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Desde que foi criado, no governo Fernando Henrique Cardoso, o órgão sempre pertenceu à pasta. Em janeiro, ao redesenhar a estrutura administrativa do Executivo federal, o presidente Jair Bolsonaro optou pela transferência para o Ministério da Justiça, iniciativa que vinha sendo defendida também pelo titular da pasta, Sergio Moro.

O Coaf atua na área de inteligência financeira e no combate à ocultação de bens. Além disso, aplica penas administrativas, examina e identifica ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas a crimes como lavagem de dinheiro e até financiamento ao terrorismo.

A situação da Fundação Nacional do Índio (Funai) também foi tema da votação em separado. Por 15 votos a 9, ficou decidido que o órgão ficará sob a responsabilidade



Senador Bezerra Coelho, relator, e deputado João Roma, presidente

do Ministério da Justiça e com a missão de fazer a demarcação de terras indígenas. Inicialmente a MP transferia a demarcação para o Ministério da Agricultura, e a Funai para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Os parlamentares temiam que interesses de ruralistas entrassem em conflito com os dos índios e não aceitavam o que chamaram de “esquartejamento da instituição”, pois a Funai ficaria a cargo de um setor do governo e sua tarefa principal — a demarcação de terras — em outra área.

## Auditores

O texto aprovado limita a atuação dos auditores-fiscais da Receita Federal a crimes tributários. A iniciativa gerou protestos de alguns senadores e deputados, que não concordam com tal restrição. Antes de serem vencidos por 15 votos a 9, eles alegaram que a iniciativa é um “jabuti” (tema estranho ao conteúdo da medida provisória) e um retrocesso no combate à corrupção. O Ministério Público Federal e representantes da categoria também haviam se manifestado contra a decisão.

Indagado pelo senador Major Olimpio (PSL-SP), Bezerra deixou claro tratar-se

de um posicionamento dele e não do governo. Segundo o relator, a intenção é delimitar competência:

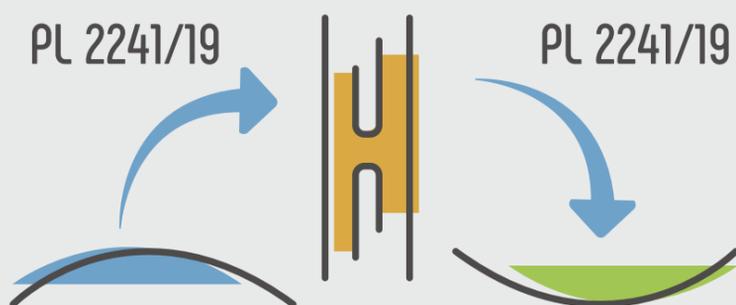
— Essa medida provisória trata da organização básica dos ministérios e órgãos federais, o que pressupõe definir não só nomes, mas competências. São dezenas e dezenas de artigos assim. A Receita apura ilícitos fiscais e qualquer investigação adicional deve ser feita pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, portanto não trata de inibir ou impedir investigações, mas de definição de competências legais — explicou o relator.



Senador Paulo Rocha e deputado Alexandre Padilha em debate na comissão sobre mudanças no Executivo

## Principais pontos

<b>Coaf</b>	O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) fica sob a responsabilidade do Ministério da Economia, e não da Justiça e Segurança Pública, como queria o ministro Sergio Moro
<b>Auditores-fiscais</b>	A atuação dos auditores-fiscais da Receita fica limitada a crimes de natureza fiscal, proibindo que indícios de crimes não tributários encontrados pelos auditores sejam compartilhados com outras autoridades sem autorização judicial
<b>Funai</b>	A Fundação Nacional do Índio (Funai) fica vinculada ao Ministério da Justiça, e não ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
<b>Demarcação de terras</b>	O processo de demarcação de terras indígenas fica a cargo da Funai, e não do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>Ministério do Trabalho</b>	Foi extinto o Ministério do Trabalho, que teve suas atribuições divididas entre três pastas: Economia, Justiça e Cidadania
<b>Desenvolvimento Regional</b>	O Ministério de Desenvolvimento Regional foi dividido em duas pastas: Integração Nacional e Cidades
<b>Cultura</b>	A extinção dos Ministérios da Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social foi mantida e suas atribuições incorporadas pelo Ministério da Cidadania
<b>Consea</b>	O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que havia sido extinto, volta entre os órgãos que integram a estrutura do Ministério da Cidadania
<b>Denatran</b>	O Departamento Nacional de Trânsito fica vinculado ao Ministério da Infraestrutura, que absorveu também o antigo Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil
<b>Dnit</b>	Não há mais necessidade de arquição pelo Senado dos indicados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. O relator alegou que, por se tratar de autarquia comum, e não agência reguladora, não há necessidade de referendo. Os diretores não têm mandato e podem ser substituídos a qualquer tempo



A partir de 2019, projetos que tramitarem entre o Senado e a Câmara vão manter sigla, número e ano originais.

**SIMPLIFICOU!**  
Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo

Entenda melhor em [www.senado.leg.br/simplificou](http://www.senado.leg.br/simplificou)





# Reforma da Previdência deve sofrer alterações na Câmara e no Senado

Apresentada pelo governo como a principal saída para a crise fiscal que o país enfrenta, a pro-

posta de emenda à Constituição que muda as regras de aposentadorias e pensões, além dos benefícios pagos a doentes, idosos com baixa renda e pessoas com defici-

ência, deve sofrer alterações na Câmara e no Senado. Grupos de pressão formados por sindicatos e entidades sociais trabalham para barrar pontos que possam

prejudicar seus representados. Parlamentares avaliam que um dos primeiros pontos a serem negociados é a alteração nas regras de programas assistenciais

## Um dos pontos mais polêmicos da proposta, BPC deve ser modificado

Rodrigo Batista Baptista

Importante programa assistencial de transferência de renda do país, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é, junto com a aposentadoria rural, um dos pontos cujas alterações feitas na proposta de reforma da Previdência do governo (PEC 6/2019) enfrentam maior resistência.

As mudanças no BPC, vistas com reservas mesmo por parte dos apoiadores da reforma, têm sido alvo de críticas desde a che-

gada da proposta ao Congresso Nacional e têm grandes chances de serem alteradas pelos parlamentares.

Pela proposta do governo, idosos com renda familiar mensal de até R\$ 238 terão de aguardar até os 70 anos para receber integralmente o BPC. Atualmente o benefício, no valor de um salário mínimo (R\$ 998), é pago mensalmente às pessoas com deficiência e aos idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de se sustentar nem de ter auxílio da

### Estimativa de economia com mudanças no BPC



A proposta do governo cria duas faixas de benefícios para idosos carentes: a partir de 60 anos, com valor de R\$ 400, e a partir dos 70, no valor de R\$ 998

família. A equipe econômica quer criar duas faixas de benefícios para idosos carentes — a partir dos 60 anos, com valor de R\$ 400, e a partir dos 70 anos, no valor de um salário mínimo.

O governo estima que as mudanças no BPC garantirão uma economia de R\$ 34,8 bilhões em dez anos. Pelos cálculos da

Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, o ganho líquido seria menor: R\$ 28,7 bilhões. Para o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, o governo precisa explicar como chegou a esse resultado.

— Quando divulgamos os R\$ 28,7 bilhões, mostramos o detalhe do cálculo em uma nota técnica

com gráficos e tabelas ano a ano. Agora o governo divulgou R\$ 34,8 bilhões. É preciso que o governo explique um pouco melhor esses números — ponderou Salto.

Independentemente da economia estimada, parlamentares consideram que a frieza dos números não pode se sobrepor ao retorno social do BPC.

— Com a redução para R\$ 400 por mês, o idoso vai ser devolvido para o asilo. Se hoje eles estão na casa de suas famílias, é porque o BPC ajuda a comprar medicamentos, alimentos. Fora que esse valor não significa nem 1% do rombo da Previdência — argumentou a senadora Kátia Abreu (PDT-TO).

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também considera sensível mexer no BPC e avalia que esse ponto da PEC 6/2019 deverá ser revisto por deputados e senadores.

— Sem reforma, o Brasil quebra, mas é natural que a proposta seja aprimorada. O BPC é uma questão muito sensível, assim como [a aposentadoria do] trabalhador rural. Pela leitura que faço, essas duas matérias têm boas chances de serem modificadas ou até mesmo retiradas, porque o BPC não é Previdência, é assistência social — avaliou Bezerra.

Diante da resistência dos parlamentares em relação ao BPC, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já admitiu a possibilidade de tornar a regra opcional.

Assim o beneficiário decidiria pelo recebimento de R\$ 400 a partir dos 60 anos, ou esperaria os 65 anos para começar já ganhando um salário mínimo. Mas a tendência é que a proposta seja derrubada antes mesmo da análise pelos senadores.

O presidente da comissão especial do Senado criada para acompanhar o andamento da reforma da Previdência na Câmara, senador Otto Alencar (PSD-BA), crê que as mudanças no BPC têm poucas chances de prosperar.

— Tenho conversado com muitos deputados federais e a minha impressão é que a Câmara vai derrubar essa possibilidade de diminuição do valor do BPC — disse o senador.

A regra proposta pelo governo também acrescenta novo critério

### Remuneração por faixa etária no BPC

Idade	Regra vigente	Regra proposta
60 a 64 anos	não recebe	R\$ 400
65 a 69 anos	R\$ 998*	R\$ 400
70 anos ou mais	R\$ 998*	R\$ 998*

\*Pela regra, equivale a um salário mínimo

### Conheça o BPC

Origem	Criado pela Constituição de 1988 e regido pela Lei 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social — Loas), o BPC não é uma política previdenciária, que envolve o pagamento de uma aposentadoria para quem contribuiu ao sistema quando trabalhava, mas uma política de assistência social, destinada a reduzir a pobreza. O benefício começou a ser pago em 1996
Quem tem direito?	Atualmente pode acessar o benefício qualquer brasileiro, nato e naturalizado, e as pessoas de nacionalidade portuguesa, desde que comprovem residência fixa no Brasil e renda mensal por pessoa da família inferior a um quarto do salário mínimo (valor que hoje é menor que R\$ 250)  O benefício, destinado a famílias pobres, não inclui um 13º salário nem é herdado pelos dependentes na forma de pensão após a morte de quem o recebe. O BPC não pode ser pago a quem já recebe aposentadoria ou pensão
Números	Em 2018, segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS), havia 4,65 milhões de beneficiários do BPC, dos quais 44% (2,05 milhões) são idosos acima de 65 anos e 56% (2,60 milhões) são deficientes. A despesa com o BPC, somando as duas modalidades, foi de R\$ 56,2 bilhões

para aferição da condição de miserabilidade do beneficiário do BPC, que alcança tanto o benefício ao idoso quanto ao deficiente. Além do critério de renda mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo, já previsto atualmente na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas — Lei 8.742, de 1993), o patrimônio familiar deve ser inferior a R\$ 98 mil, de acordo com a PEC.

Outra mudança proposta trata do cálculo da renda familiar. Pelo

texto da PEC, o valor da renda mensal recebida a qualquer título (incluindo o BPC) por membro da família do requerente integrará a renda mensal per capita. Hoje o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003) permite a exclusão de benefícios recebidos por outro membro da família.

A reforma prevê ainda a possibilidade de postergar a idade mínima para o BPC à medida que a expectativa de sobrevida média da população brasileira aumenta.

## Desconstitucionalização, alíquotas progressivas e regras mais duras marcam nova aposentadoria de servidores públicos

Sergio Salexandre Vieira

Aproximar as regras do regime próprio de Previdência dos servidores públicos (RPPS) às do regime geral (RGPS), facilitar futuras mudanças no sistema de aposentadoria, adotar alíquotas progressivas de contribuições e aumentar o tempo de serviço dos funcionários são pontos-chave da proposta da reforma voltada aos trabalhadores do serviço público.

Uma das principais diretrizes da PEC 6/2019 é retirar a regulação previdenciária da Constituição. Pela proposta do governo, o grosso da legislação dessa área passaria a se dar por meio de leis complementares, que têm tramitação mais simples no Congresso, quando comparadas a uma PEC. Para o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, o governo busca flexibilizar as

regras, visando à necessidade de eventuais futuras reformas.

— A lógica do governo é retirar da Constituição regras, formas de cálculo, maneiras de se calcular os benefícios e as idades mínimas para que alguém possa pedir a aposentadoria. Cabe ao Congresso definir se prefere um modelo com maior ou menor flexibilidade — afirmou.

Dezenas de sindicatos vêm atuando na comissão especial da Câmara que avalia a PEC e já apresentaram emendas encampadas por deputados buscando retirar a desconstitucionalização da proposta. O secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep), Oton Pereira, considera a diretriz inadmissível.

— Uma simples lei complementar poderá até acabar com o próprio direito à aposentadoria e expor as categorias a uma

grande vulnerabilidade estrutural. Além disso, avaliamos que o objetivo de fundo do governo é forçar, na prática, os servidores a adotarem o regime de capitalização.

A PEC 6/2019 de fato refere-se à adoção de futura legislação complementar tratando de regimes de capitalização, mas sem detalhar como funcionaria o novo sistema.

A capitalização baseia-se em uma conta particular em que cada servidor ou trabalhador contribui sem a participação governamental. Na Câmara, é muito citado o caso do sistema de capitalização adotado no Chile, na década de 1980, que com os anos levou a um achatamento nos valores dos benefícios e pensões. Em recente ofensiva publicitária, o governo substituiu o termo “capitalização” por “garantia de poupança futura”.

Os dados apresentados pelo governo relativos à reforma da Previdência para os servidores indicam uma economia de R\$ 224,5 bilhões no sistema, nos próximos dez anos, caso o texto seja aprovado. O estudo mostra que o impacto per capita no RPPS será 14 vezes superior ao do RGPS.

Parte da economia virá da adoção de alíquotas progressivas. Segundo o governo, os servidores que recebem vencimentos superiores a R\$ 10 mil por mês serão os mais afetados. Eles ficarão responsáveis por R\$ 21,3 bilhões



Gestores do INSS, na sala de monitoramento do atendimento, acompanham as 1.139 agências da Previdência Social

do aumento de R\$ 27,7 bilhões na arrecadação nos próximos dez anos.

Atualmente os servidores pagam 11% de contribuição sobre o total do salário, tirando os que optaram pela previdência complementar — sistema no qual os 11% de desconto incidem só sobre a parcela equivalente ao teto do RGPS, hoje de R\$ 5.839,45. Já os aposentados e pensionistas arcam com 11% sobre a parcela que excede esse teto. A proposta aumenta para 14% a taxa sobre servidores da União, dos estados e dos municípios. No caso dos aposentados e pensionistas da União, os 14% continuarão incidindo só sobre a parcela que

passar do teto do RGPS, até que entre em vigor uma lei complementar.

A IFI estima que o ganho arrecadatório do governo, próximo a R\$ 28 bilhões em dez anos, é plausível. Isso porque os servidores que recebem até R\$ 4,5 mil arcarão ao final com uma alíquota efetiva de 11%, idêntica à atual. Já os demais servidores sofrerão taxaões maiores.

Dados do Ministério da Economia apontam que 80% dos servidores ativos e 73% dos aposentados da União recebem mais que R\$ 4,5 mil. Eles passarão a ser, portanto, mais taxados. A nova tabela atinge os servidores inativos nos valores que superam

o teto do RGPS. Mas como não haverá incidência até o teto, as alíquotas efetivas permanecerão menores que as dos ativos.

Os sindicatos afirmam que a diretriz da contribuição progressiva é desnecessária, viola o princípio da proporcionalidade e possui cunho confiscatório. Citam que o STF definiu, em 2010, que a natureza da contribuição previdenciária dos servidores é retributiva, o que coloca a exigência de que a contribuição esteja associada ao respectivo benefício.

O aumento das alíquotas visam suprir déficits provenientes do sistema de repartição seria, no entender dessas entidades, inconstitucional.

## Governo alega que há déficits crônicos para justificar endurecimento de regras

Um documento recente do Ministério da Economia detectou que o déficit atuarial do RPPS da União passa de R\$ 1,2 trilhão. Esse tipo de medição projeta o fluxo das receitas e despesas dos que hoje são segurados, segundo valores atuais. Já o déficit financeiro, constatado pelo governo em 2018 no RPPS civil (que exclui os militares), chegou a R\$ 46,5 bilhões. Nos estados e no Distrito Federal, o somatório dos déficits também superou os R\$ 90 bilhões no ano passado.

Esse cenário de déficits crônicos são a justificativa do endurecimento das regras da aposentadoria para o servidor público na PEC 6/2019. A proposta prevê a aposentadoria dos servidores a partir dos 65 anos de idade, para homens, e aos 62 anos de idade, para mulheres, em casos gerais (fora das aposentadorias especiais). Mas os servidores terão que ter também pelo menos 25 anos de contribuição, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo.

Haverá ainda a correção automática das idades mínimas, obedecendo a critério idêntico previsto para o RGPS. A correção será feita de acordo com o aumento da sobrevida da população e deverá ser recalculada a cada quatro anos.

Os sindicatos já emplacaram uma sugestão de emenda, que será analisada na comissão especial da Câmara, para derrubar a correção automática. Alegam que, se esse artigo for aprovado, daqui a 20 anos a idade mínima de aposentadoria será de 72 anos para homens e de 69 anos para mulheres.

Os gastos do governo com as aposentadorias dos servidores também deverão cair, devido às mudanças na forma de cálculo do valor. Nesse caso, também igualando as regras ao que é previsto para o RGPS.

O cálculo das aposentadorias será uma média aritmética simples dos salários de contribuição feita por servidor, desde o início do seu período contributivo. Sobre essa média, será aplicado um percentual de 60%, que subirá 2% no valor dos eventuais benefícios para cada ano a mais de contribuição que passar dos

20 anos. Assim, caso um servidor tenha 36 anos de contribuição, a aposentadoria equivalerá a 92% da média de seus salários (60% mais 32%).

O servidor terá uma única regra de transição: se for homem, poderá se aposentar no ano em que a PEC for promulgada caso tenha pelo menos 61 anos de idade e 35 anos de contribuição, além dos 20 anos de serviço público e 5 anos no cargo. Para mulher, a idade será de 56 anos, com 30 anos de contribuição, com as mesmas exigências de tempo de serviço público e no exercício do cargo. Quem não se enquadrar nesses requisitos no ano da promulgação, para se aposentar no ano seguinte terá que cumprir também uma outra condição: a soma da idade com o tempo de contribuição exigido subirá um ponto, de 96 (61 anos de idade mais 35 de contribuição) para 97. Quanto às mulheres, a soma

passará de 86 (56 mais 30) para 87. A pontuação ainda subirá um ponto a cada ano, até que chegue a 105 pontos para homens (em 2028, caso a promulgação ocorra ainda em 2019) e 100 pontos para as mulheres (em 2033).

### Perfil

Dados públicos apontam que hoje 680 mil benefícios são concedidos a servidores aposentados no regime civil da União, somando todas as carreiras dos três Poderes. Ainda segundo o governo, as aposentadorias médias no Poder Legislativo chegam a R\$ 26.823, 19 vezes superiores à média do RGPS (R\$ 1,4 mil). No Poder Judiciário, a média fica em R\$ 18 mil, no Ministério Público da União (MPU) fica em R\$ 14,6 mil e no Poder Executivo, em R\$ 8,4 mil.

Também entre os pensionistas, vinculados ao RPPS da União recebem valores muito superiores aos do regime geral, embora menores que os dos aposentados. No Legislativo, a média é de R\$ 21 mil e no Judiciário, de R\$ 8,8 mil. No MPU, a média é de R\$ 5,4 mil e no Executivo, de R\$ 5,2 mil.

O benefício médio das pensões no regime geral é de cerca de R\$ 1,3 mil por mês.

### Benefício médio mensal do RPPS federal

Poder	Aposentado	Múltiplo RGPS <sup>1</sup>	Pensionista	Múltiplo RGPS <sup>2</sup>
Executivo	R\$ 8.478	6	R\$ 5.195	4,1
Legislativo	R\$ 26.823	18,9	R\$ 21.167	16,6
Judiciário	R\$ 18.065	12,7	R\$ 8.764	6,9
MPU	R\$ 14.656	10,3	R\$ 5.373	4,2

1. Considerada aposentadoria média pelo RGPS ao redor de R\$ 1,4 mil; 2. Considerada pensão média pelo RGPS ao redor de R\$ 1,3 mil. Fonte: Secretaria de Planejamento do Ministério da Economia

# Comissão aprova MP de combate a fraude no INSS

Relatório do deputado Paulo Eduardo Martins retirou do texto prazo de 180 dias para beneficiária requerer salário-maternidade e acolheu mais de 120 emendas. Medida será votada agora no Plenário da Câmara

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que busca combater fraudes e benefícios irregulares no INSS aprovou ontem o relatório do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR).

Para tentar chegar a um acordo que permitisse a votação da MP 871/2019, o relator acolheu mais de 120 emendas, das 578 que foram apresentadas.

O deputado retirou da MP, que será votada no Plenário da Câmara, a previsão de prazo de 180 dias do parto ou de adoção para a beneficiária requerer o salário-maternidade. Antes da MP, o prazo para requerer o benefício era de cinco anos. Deputados contrários à redução para 180 dias argumentaram que muitas trabalhadoras rurais só conseguem protocolar o requerimento de salário-maternidade quando o INSS visita a cidade ou a comunidade rural onde ela reside.

Outro ponto acatado pelo relator foi a manutenção da regra atual sobre acidentes com empregados a caminho do trabalho. O parecer isentava as empresas de ônus nesses casos. Porém, para garantir a aprovação, o relator desistiu desse ponto. De acordo com Martins, o objetivo central da

medida foi mantido.

Apesar das modificações acatadas, dois temas continuaram provocando polêmica e foram alvo de destaques apresentados pela oposição, com o objetivo de tentar mudar o texto.

Um dos destaques tentava jogar para 2029 o início da exigência de comprovação do exercício de atividade rural exclusivamente com base nas informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Segundo o texto do governo, o cadastro passará a valer já no ano que vem.

Parlamentares contrários, como a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), alegam que as prefeituras não terão condições de cumprir esse prazo.

— Nós não somos contrários ao cadastro. O cadastro é importante. Nesse caso específico, o que nós queremos é dar tempo para isso, o prazo que é dado em 2028 é um prazo razoável — sugeriu.

A líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), rebateu:

— O governo não está aqui promovendo, e jamais promoverá, demonização, perseguição. O que nós queremos é que o homem do campo de fato seja atendido — afirmou.

O outro destaque tentava garantir a participação dos sindicatos no CNIS, que deveria ser mantido pelo Ministério da Economia em parceria com o sindicato do segurado. A mudança foi rejeitada.

Com Agência Câmara



Joice Hasselmann, Izalci Lucas e Paulo Eduardo Martins durante a reunião

## Acordo entre Brasil e Suíça vai para análise do Plenário

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o acordo assinado pelos governos do Brasil e da Suíça na área da Previdência Social. O projeto de decreto legislativo (PDL 57/2019) vai para o Plenário.

O relator, Jaques Wagner (PT-BA), ressaltou que vivem hoje na Suíça mais de 50 mil brasileiros, segundo dados da embaixada brasileira naquele país. A efetivação do acordo é uma reivindicação de longa data da comunidade.

O acordo estende a trabalhadores brasileiros e suíços, quando estiverem vivendo no território da outra parte, acesso ao sistema de previdência local. Wagner citou que o Brasil também se tornou, nas últimas décadas, um país de emigrantes, por isso é cada vez mais relevante efetivar políticas públicas de proteção a quem tenta ganhar a vida no exterior.

Durante a reunião, o presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), leu uma nota da ONG Venezuela Foro

Penal, segundo a qual mais de 2 mil opositores do presidente Nicolás Maduro já teriam sido presos somente este ano, por participarem de protestos contra o governo. Ontem foi preso o vice-presidente da Assembleia Nacional, deputado Edgar Zambrano.

Nelsinho também leu um comunicado do governo dos Estados Unidos sobre punição a instituições financeiras que fizerem transações com setores de mineração e metais industriais do Irã.



Paim (4º à esq.) comanda debate sobre direitos humanos na reforma

## Reforma da Previdência fere a Constituição, aponta debate

O sistema de capitalização proposto na reforma da Previdência (PC 6/2019) é contrário ao sistema atual, em que todos contribuem para assegurar benefícios para os que participam do sistema contributivo, disse ontem o diretor administrativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Valter Pugliesi, na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

— O sistema de capitalização quebra completamente a espinha dorsal do sistema público social previsto na Constituição, porque parte do pressuposto de que cada trabalhador que ingressa nesse novo sistema não mais contribui para um fundo, mas se ampara num sistema de contas individuais em que terá uma conta — disse.

A representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Cristina de Castro, afirmou que o órgão entende a PEC como uma violação a direitos assegurados.

— A reforma fere as transformações necessárias na

sociedade para você estabelecer normas mais humanas de condutas tanto trabalhistas quanto previdenciárias.

Secretária do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Angela Gandra Martins pediu atenção a três aspectos que, segundo ela, estão em jogo na discussão:

— Primeiro, rever o conceito de idoso. Segundo, pensar na mulher. E, terceiro, pensar no tempo oportuno para fazer essa reforma de forma que ela seja efetivamente justa — disse.

O senador Styvenson Valentim (Pode-RN) questionou se a pasta foi consultada para a elaboração da proposta.

Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Pedro Armengol considerou desumana a narrativa de que a reforma da Previdência é remédio para todos os males.

— Parece ter se transformado numa panaceia, e que se não passar a reforma da Previdência, no outro dia o país afunda.

## Paulo Rocha diz que novas regras para aposentadoria provocarão caos no país

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que a proposta de reforma da Previdência, se aprovada, provocará um caos no Brasil. Para ele, a equipe econômica esconde e impede o acesso a dados.

O senador questionou a equipe econômica do governo por justificar a

mudança da previdência pública com o argumento da falta de sustentabilidade.

— Dizem que o regime está falido e, por isso, pretendem

economizar R\$1 trilhão, mas não dizem que 81% dessa economia sairão do bolso dos brasileiros que ganham até dois salários mínimos.



Paulo Rocha

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### Secretaria de Comunicação Social

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editores-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Governador de Roraima pede verba para atender venezuelanos

Antonio Denarium esteve ontem em audiência pública da subcomissão temporária a respeito da crise pela qual passa o país vizinho

EM AUDIÊNCIA NA subcomissão temporária que trata da crise na Venezuela, o governador de Roraima, Antonio Denarium, pediu ontem que o governo federal destine cerca de R\$ 30 milhões por mês ao estado, além de ressarcir o governo local pelas despesas já feitas em razão da imigração de venezuelanos.

O senador Telmário Mota (Pros-RR), presidente do colegiado — que funciona na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) —, elogiou a Operação Acolhida realizada no estado pelo governo federal, mas defende o aporte de mais recursos para o enfrentamento da situação “preocupante” que Roraima vive.

Só nos últimos 12 meses, Roraima recebeu cerca de 200 mil venezuelanos, informou Denarium. O governador disse que a imigração de venezuela-



Antonio Denarium fala em subcomissão comandada por Telmário Mota

nos impacta os serviços públicos. Mais da metade dos leitos de hospitais está ocupada por eles e, dos 46 bebês internados na UTI neonatal, 40 são filhos de venezuelanas.

## Saúde e educação

Ele informou que a rede pública de educação matriculou 5 mil crianças vindas daquele país.

— Nós precisamos, por mês, no mínimo, de cerca de R\$ 30 milhões para atender essa grave crise migratória venezuelana, que é uma crise sem precedentes. É importante lembrar que a Venezuela faz fronteira é com o Brasil, não é com Roraima. E o problema da migração venezuelana não é só de Roraima. O problema é do Brasil — ressaltou.

Telmário cobrou do governo federal o ressarcimento das despesas com os imigrantes. O presidente da subcomissão lembrou que o dinheiro liberado recentemente foi para a Operação Acolhida, do Ministério da Defesa.

— O governo colocou R\$ 223 milhões para atender a operação. E a Acolhida é só o custeio da alimentação, das tendas, das diárias e da locomoção do Exército. É só isso. O Exército não entra com saúde, não entra com emprego. Então, que seja atendida ali a demanda do custeio que foi proposto, mas o governo precisa andar. A situação de Roraima é realmente preocupante — explicou.

A subcomissão foi criada este ano no âmbito da CRE para acompanhar a situação política, econômica e social na Venezuela e os impactos que a crise no país vizinho gera no Brasil.

# Cazaquistão busca incrementar relações comerciais com o Brasil

O Cazaquistão tem interesse real em fortalecer o intercâmbio econômico em setores de alta tecnologia, agricultura, fontes renováveis de energia, maquinaria, uso pacífico da energia nuclear e de mineração com o Brasil. Esse posicionamento foi anunciado ontem pelo embaixador do país no Brasil, Kairat Sarzhanov, durante reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão.

Jaques Wagner (PT-BA) destacou que, durante sua última gestão como governador da Bahia, entre 2011 e 2014, atuou buscando atrair investimentos da empresa cazaque Eurasian Mining Group para o setor de mineração do



Embaixador cazaque, Sarzhanov discursando ao lado de Chico Rodrigues

estado. A empresa decidiu se estabelecer na região e os investimentos já alcançam cerca de US\$ 1 bilhão. Recentemente a Eurasian aliou-se a duas empresas estatais chinesas e

o objetivo é incrementar estes investimentos no interior da Bahia em mais US\$ 1,4 bilhão. Tem havido esforços visando acelerar a concessão da Ferrovia Leste-Oeste para

que estes novos investimentos sejam consolidados, segundo o senador.

Sarzhanov chamou a atenção para o fato de a Embraer estar em fase de finalização da abertura de um centro de serviços em Astana, a capital do Cazaquistão. A previsão é que o centro já esteja em funcionamento em 2019, incrementando a atuação da empresa no país, que já adquiriu dezenas de aviões da Embraer nos últimos anos.

O embaixador falou sobre cooperação de empresas dos dois países na área espacial e a parceria com a Embrapa, que terá como consequência uma maior venda de bovinos vivos ao Cazaquistão.

# Defesa cibernética e integração sul-americana serão avaliadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu ontem avaliar durante o ano de 2019 a Política de Defesa Cibernética, que está sob a alçada do Exército. O Regimento Interno do Senado prevê que, anualmente, cada comissão analise criticamente os resultados alcançados por até três políticas públicas conduzidas pelo governo federal.

A iniciativa partiu de Esperidião Amin (PP-SC), para quem o setor cibernético é, ao lado do espacial e do nuclear, estratégico para a defesa do país.

— Isso requer seu fortalecimento, o aperfeiçoamento

de dispositivos de segurança e a adoção de procedimentos visando diminuir a vulnerabilidade dos sistemas que possuem suporte de tecnologia da informação e de comunicação. Além disso, a área permite o fomento de pesquisas científicas e o estabelecimento de parcerias com a indústria nacional, na produção de sistemas inovadores. A intenção da atual Estratégia Nacional de Defesa é evoluir do atual sistema para o Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas — detalhou o senador.

Por sugestão do presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), também serão avaliadas as atuais diretrizes do governo voltadas à integração logística e física na América do Sul.

O senador entende que essas políticas são hoje essenciais não somente visando intensificar parcerias entre as nações sul-americanas, mas também buscando o estabelecimento de corredores de comércio mais rápidos e de menor custo com a Ásia.

— O efeito dessa integração será multiplicador nos fluxos de comércio e investimentos. Vamos avaliar o potencial, mas também as deficiências

e gargalos que precisamos superar visando essa integração. O mais relevante, a meu ver, é o Corredor Bioceânico, que diminuirá em 8 mil quilômetros o transporte e escoamento de produtos ligando países banhados pelos Oceanos Atlântico e Pacífico — informou Nelsinho.

O senador ainda mencionou a declaração do presidente Jair Bolsonaro, durante a posse do diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, general Joaquim Silva e Luna, de que o estabelecimento do Corredor Bioceânico seria uma prioridade de sua gestão.

# Telmário critica pedido de adesão do Brasil para participar da OCDE

Telmário Mota (Pros-RR) criticou ontem a decisão do presidente Bolsonaro em abrir mão do status especial previsto para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC) para entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para o senador, o governo está renunciando a vantagens que asseguram flexibilidade ao Brasil no cumprimento das regras internacionais de comércio em troca do ingresso no órgão. Ele afirmou que o país precisa dessas medidas para proteger a economia, ter acesso a mercados internacionais e desenvolver políticas destinadas à promoção do desenvolvimento.

# Paim cita reportagem que sugere ilegalidade de decreto sobre armas

Paulo Paim (PT-RS) citou ontem reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que apresenta a opinião de juristas contrários ao decreto do governo, publicado ontem, que facilita o porte de armas (Decreto 9.785, de 2019).

De acordo com o senador, os especialistas afirmam que o decreto é ilegal, pois contraria termos do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2016). Entre as inconstitucionalidades alegadas, está a não comprovação da efetiva necessidade de dar o porte para certas categorias profissionais ou cargos específicos. Para Paim, caso o governo queira mudar as regras, deverá agir de outra forma e não apenas publicar um decreto.

# Projéteis precisam ser identificados, diz Styvenson Valentim

Styvenson Valentim (Pode-RN) apresentou ontem texto (PL 603/2019) que obriga que projéteis de arma de fogo sejam identificados por lote.

Segundo o senador, isso evitará o comércio paralelo, perdas e furtos de projéteis, principalmente, no atual cenário, em que a posse e o porte de armas foram ampliados, com a publicação do Decreto 9.785, de 2019.

— Entre os casos de resolução de crimes, de homicídios causados por arma de fogo, pelo menos 6% não são solucionados porque não se sabe quem atirou. Ninguém sabe quem foi o autor, qual foi a arma — disse Styvenson.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Pauline Pereira, Carlos Alberto Decotelli, senador Rodrigo Cunha, Glademir Aroldi e Kleyferson Porto de Araújo

## Programa Proinfância deve ser alterado, aponta debate

Relatório apresentado em audiência sobre a construção de creches e pré-escolas com recursos da União mostra que, entre 2013 e 2016, de 8.824 construções previstas, só 3.482 foram concluídas

APONTADO COMO O mais importante programa de infraestrutura educacional, o Proinfância precisa ser revisito, defendeu o presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), durante audiência que debateu ontem casos de obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país.

De acordo com relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), entre 2013 e 2016, de 8.824 obras previstas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 3.482 foram concluídas e só 1.478 creches e pré-escolas estavam funcionando.

Outras 1.297 obras estavam inacabadas, com um prejuízo potencial estimado em mais de R\$ 800 milhões. Para o senador, é preciso repensar o modelo do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de

Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil diante de tantos problemas.

— Tão danosa quanto a corrupção é a má utilização dos recursos públicos — apontou o senador.

De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi, poucos municípios têm recursos suficientes para finalizá-las.

A Portaria do Ministério do Planejamento 348, de 2016, determinou que as obras em que mais de 50% da creche ou pré-escola já estivesse construída à época fossem finalizadas até 30 de junho de 2018, e as com percentual abaixo de 50% deveriam ser terminadas até 31 de dezembro do ano passado. Muitas não foram finalizadas. O gestor municipal deverá finalizá-las com recursos próprios ou devolver o valor do investimento ao governo federal.

— O município vai ter que dispor de alguns recursos e a

maioria dos municípios está em situação complicada. Quase 80% dos prefeitos querem retomar essas obras — afirmou Aroldi.

O presidente do FNDE, Carlos Alberto Decotelli da Silva, disse que a autarquia não tem como destravar recursos de todas as obras.

— Está além da competência a possibilidade de flexibilização e repactuação do FNDE — afirmou Decotelli.

Ele ressaltou, contudo, que outras obras paralisadas que não se enquadram nas regras da portaria podem ser revistas nos termos de uma resolução que autorizou o fundo a pactuar novos termos de compromisso com gestores que queiram finalizar obras que tiveram sua execução interrompida em decorrência do término da vigência. Segundo Decotelli, muito dinheiro está travado nas contas das prefeituras por questões burocráticas ou por falta de prestação de contas.

## Proposta permite coligação em eleições municipais

Com o objetivo de garantir o pluralismo político no âmbito municipal, uma proposta de emenda à Constituição permite que partidos façam coligações para as eleições proporcionais para deputados e vereadores. De Angelo Coronel (PSD-BA), a PEC 67/2019 conta com o apoio de 29 senadores e encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As coligações para eleições

proporcionais de deputados e vereadores foram proibidas em 2017 pela Emenda Constitucional 97. A partir das próximas eleições, partidos só podem se coligar para as disputas por prefeituras, governos estaduais, Senado e Presidência da República (eleições majoritárias).

A emenda foi proposta com o objetivo de evitar que um candidato com votação expressiva ajude a eleger ou-

tros candidatos do grupo de partidos coligados. Na prática, parlamentares de legendas diferentes, com votação reduzida, acabam eleitos devido ao desempenho do chamado “puxador de votos”.

No entanto, segundo Coronel, a nova lei faz com que as eleições nos municípios fiquem limitadas a dois partidos: o do prefeito e o da oposição, prejudicando o pluralismo político.

## Projeto libera dado telefônico em caso de desastre

Um projeto de lei pode obrigar companhias telefônicas a disponibilizar dados de usuários para auxiliar na localização e identificação de vítimas após calamidades públicas. De Ciro Nogueira (PP-PI), o PL 2.470/2019 será analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto modifica a Lei Ge-

ral das Telecomunicações (Lei 9.472, de 1997), determinando que as empresas de telefonia móvel deverão fornecer os dados em caso de calamidade que exija operações de busca e salvamento. A liberação dependerá de solicitação do corpo de bombeiros militar responsável pela área afetada.

Os bombeiros deverão determinar, no pedido, o período de tempo e a área em que os dados serão coletados. Esse

procedimento não deverá ser usado para romper sigilo do conteúdo de comunicações dos usuários, a menos que haja autorização judicial.

Ciro Nogueira explica que a obtenção de informações a partir das operadoras de telefonia foi crucial nas operações de resgate após a tragédia de Brumadinho (MG), em janeiro, quando uma barragem de detritos de mineração da Vale próxima à cidade se rompeu.

## Museus e bibliotecas podem receber 20% da Lei Rouanet

Valorizar o patrimônio histórico e democratizar o acesso à cultura por meio de investimentos em manutenção de museus e bibliotecas é o objetivo de um projeto de lei que tramita no Senado. Elaborado pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), o PL 2.451/2019 modifica as atuais regras da Lei Federal de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet (Lei 8.313, de 1991), para estabelecer um percentual mínimo de patrocínio para museus, bibliotecas, mediatecas e arquivos.

A Lei Rouanet tem o objetivo de incentivar a produção cultural no país ao permitir que empresas e pessoas físicas destinem a projetos culturais parte do seu Imposto de Renda. Desde que foi criada, em 1991, mais de 50 mil projetos culturais captaram recursos por meio da iniciativa. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizado em 2018, a cada R\$ 1 investido por meio da lei, R\$ 1,59 retorna para a sociedade.

A maioria dos projetos beneficiados são shows, apresentações teatrais, exposições de arte, mostras e festivais.

Por isso, o projeto de lei estabelece a obrigatoriedade das pessoas jurídicas destinarem pelo menos 20% dos recursos das parcelas do imposto sobre a renda destinados à doação ou patrocínio no apoio a projetos que tenham como beneficiários diretos museus, bibliotecas, mediatecas e arquivos.

De acordo com Jean Paul, a medida é necessária para que os recursos da Lei Rouanet, que muitas vezes são destinados a artistas famosos ou a eventos de grande porte, sejam aplicados em setores culturais menos valorizados.

— A gente sabe como é importante manter nosso patrimônio histórico atualizado e conservado. Se você não fizer isso, forçando um percentual mínimo, naturalmente o dinheiro de quem está patrocinando, de quem vai botar uma marca para aparecer vai, se concentrar nos grandes espetáculos, nos momentos de grande concentração instantânea de pessoas — explicou o senador.

O projeto está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde aguarda o recebimento de emendas.



Crís Casselino/Bonitão/Governo SP

Bibliotecas e museus recebem menos recursos de incentivo fiscal

## Educação básica deve ser federal, afirma Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu ontem a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica. Para ele, o Estado deveria pagar o salário de professores que atuam nas redes de ensino municipais “semelhante ao do Programa Mais Médicos”.

Na opinião de Confúcio Moura, o ministro da educação, Abraham Weintraub, deveria visitar cidades em que a oferta de ensino público deu certo. O senador recomendou o município de Sobral, no Ceará.



Gerardo/Miguel/Agência Senado

## Coaf na Economia é retrocesso, diz Chico Rodrigues

O vice-líder do governo no Senado, Chico Rodrigues (DEM-RR), disse, em Plenário, discordar do relatório da medida provisória que fez a reforma administrativa do Executivo, aprovado ontem na comissão mista. Ele criticou as alterações feitas pelos parlamentares no texto original que foi encaminhado pelo presidente Jair Bolsonaro. Entre elas, está a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) da competência do Ministério da Justiça. Para ele, um retrocesso no caminho de combate à corrupção que o Brasil começou a seguir.